



# RESISTÊNCIA E HIERARQUIZAÇÕES DE GÊNERO: AS MULHERES SOTEROPOLITANAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DURANTE A DITADURA

Allana Letticia dos Santos <sup>1</sup>  
Janine Gomes da Silva <sup>2</sup>

## RESUMO

A proposta deste artigo é discutir a atuação feminina no Movimento Estudantil da Universidade Federal da Bahia, que se opôs à ditadura militar do Brasil durante os anos de 1968 a 1975, no que tange mais especificadamente as experiências de transgressão, insubmissão, e desobediência política. Mas, para compreender a participação das mulheres, tornou-se necessário investigar o contexto político e social do Brasil em que elas estavam inseridas, já que, por um lado, tinha a voz do discurso conservador que reforçava o lugar da mulher dentro do mundo privado, da vida doméstica, e da função principal de reprodução/maternidade, por outro, novos debates eram propostos, principalmente pelo movimento feminista, nas décadas de 1960 e 1970, que questionava os valores sociais tradicionais e problematizando temas como a virgindade e a liberdade. Observamos que os elementos que estruturavam o “ser mulher militante” estavam influenciados pelas hierarquizações de gênero e os valores compartilhados no período vivenciados pelas entrevistadas. A metodologia utilizada, se deu por conta da análise dos dados recolhidos em entrevistas individuais, que teve como objetivo investigar as trajetórias de vida das mulheres. Compreendemos os processos do desenvolvimento da memória, utilizamos os conceitos de “memória comunicativa” de Aleida Assmann e de “memória coletiva” de Maurice Halbwachs, pois analisamos a memória como uma concepção não apenas individual, mas também social.

**Palavras-chave:** Ditadura, Militância, Mulheres, Resistência

## INTRODUÇÃO

A trajetória de vida de cinco (5) mulheres<sup>3</sup> que se engajaram no Movimento Estudantil da Universidade Federal da Bahia, entre os anos 1968 e 1975, foi a base para a elaboração desse artigo, cujo objetivo é analisar os motivos que as fizeram entrar para a militância. Mas, para isso, torna-se necessário compreender o contexto político e social do Brasil em que elas estavam inseridas. Se por um lado tinha a voz do discurso conservador que reforçava o lugar da mulher

---

<sup>1</sup> Mestranda do curso de História, da subárea de História Global, da Universidade Federal de Santa Catarina – SC, bolsista CNPq, [allanaletticia@hotmail.com](mailto:allanaletticia@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora orientadora: Pós-Doutora Université de Rennes II, RENNES 2, França, Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória. Membro do Instituto de Estudos de Gênero - IEG/UFSC. Membro do Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH/UFSC. [janine.gomesdasilva@gmail.com](mailto:janine.gomesdasilva@gmail.com)

<sup>3</sup> Afim de considerar, as especificidades e características de cada militante e visando garantir o anonimato, optamos pela utilização de nomes fictícios. Com tal metodologia, pretendemos tornar as narrativas mais naturais possíveis, evitando identificar as mulheres com números ou apenas letras. Vale ressaltar que os nomes utilizados não fazem alusão, em hipótese alguma, ao nome verdadeiro das entrevistadas.



dentro do mundo do privado, da vida doméstica, e da função principal de reprodução/maternidade, por outro, novos debates eram propostos pelo discurso feminista, que ganhava força nas décadas de 60 e 70, questionando os valores sociais tradicionais e problematizando temas como a virgindade e a liberdade. Mas não somente o movimento feminista produziu mudanças. O Movimento Negro, juntos, formaram uma onda de oposições, produzindo modificações no Brasil e no mundo, e foram conceituados como contracultura<sup>4</sup> e Revolução Cultural.<sup>5</sup>

A escolha do período em que a pesquisa é iniciada (1968) ocorreu, devido ao fato de que acontecimentos desse ano representaram não apenas para o Brasil, um período distinto, tendo em vista as glórias e os degradantes episódios de fracasso. No Brasil, o ano de 1968 se tornou símbolo de diversas experiências de resistência. Segundo Marcos Napolitano (2011) foi nesse período que ocorreu uma transformação na composição dos sujeitos que estavam na frente de luta, que deixou de ser do “proletariado” para a “juventude” e que passou a questionar diversos elementos da sociedade. Já Antônio Brito (2008) em sua tese de doutorado, pondera que há um endeusamento em relação ao ano de 1968: “Fala-se muito da geração de 68 imbuída de combatividade e politização, porém é sempre bom lembrar que uma grande parcela dos estudantes naquela época era indiferente à participação política”<sup>6</sup>. De acordo com o autor, o ano de 68 tem sua importância para o Brasil e para o mundo, principalmente, no que tange à

---

<sup>4</sup> Aqui não temos a intenção de explanar conceitualmente sobre o movimento de contracultura, uma vez que já se dispõe uma vasta literatura acadêmica, jornalística, histórica, entre outros, sobre o tema. Entretanto, no que tange a Revolução Cultural no Brasil, de 1960, Marcelo Ridenti, professor de sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicampi), em entrevista concedida a *Revista cultural a Brasileira – Fapes 2013*, considera que “Artistas e intelectuais tiveram um papel expressivo na construção da utopia de uma ‘brasileiridade revolucionária’, que permitiria realizar as potencialidades de um povo e de uma nação”, ou seja, o Brasil se modernizava e os partidos, movimentos de esquerdas e movimentos artísticos encabeçavam a possibilidade de uma revolução. Nossa intenção é propor um debate historiográfico sobre esse conceito, mas contextualizar como esse movimento alterou e interferiu o cenário político, social, musical, do período em estudo. Sobre a Contracultura no Brasil ver – ROSZACK, Theodore. *A Contracultura*. Petrópolis. Vozes, 1972; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1986; PINHEIRO, Igor Fernandes. *É isso aí Bicho! Contracultura e Psicodelia no Brasil*. Rio de Janeiro. Multifoco, 2013; GUIMARÃES, Felipe Flávio Fonseca. *Contracultura nos Estados Unidos e Contracultura no Brasil: Um estudo comparado*. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindônia. Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012.

<sup>5</sup> A Revolução Cultural segundo Hobsbaw - *Era dos Extremos*. São Paulo, Cia das Letras, 1995 (cap. 11 – Revolução Cultural), foi a quebra de sistemas pela cultura e adaptação a esses cenários. Que aconteceu em um primeiro momento no âmbito familiar, ou seja, na casa, nas relações, nas formações diversas que se alteram (patriarcado, casamento formal, casamento informal, diminuição do interesse de casar), dando origem em uma possível crise na família, entretanto não foi a lei que alterou as relações familiares, e sim as relações que alteraram as leis. O autor também expõe sobre a revolução cultural da juventude, ressaltando a crítica aos posicionamentos políticos, no qual a juventude não é vista como a fase para a vida adulta, é o momento de êxtase da vida, um grupo detentor de poder de compra que é contextualizado pelo internacionalismo, a cultura do rock e do jeans. Também é exposto pelo autor, que a dita revolução cultural aconteceu com o rompimento entra a sociedade e as estruturas sociais (igreja, família e divórcio).

<sup>6</sup> *Ibidem*, p: 3.

experiência compartilhada desses sujeitos. Entretanto, é necessário evitar generalizações - apenas uma parcela dos estudantes lutava pelos seus ideais.

O que está sendo entendido como ano de 1968<sup>7</sup>, não diz respeito apenas às manifestações estudantis. Segundo Almada (2016),

[...] tratou-se muito mais de um período de efervescência social e política global que criou efeitos de disjunção nas culturas políticas locais, nacionais e globais, criticando as mudanças técnico-produtivas e de mercado que se iniciam nos países centrais e se expandem aos países em condições semiperiférica e periférica, permitindo o surgimento de inúmeros protestos de resistência.

O ano de 68 não foi apenas o ano do surgimento de “novos sujeitos” revolucionários, nem tampouco um ano de críticas políticas. Se tratou também da “construção de novos movimentos sociais focados nas relações indenitárias ou de evidências de um princípio político normativo embasado na razão comunicativa”<sup>8</sup>. Para além das resistências estudantis, nacionais e globais, do período em estudo, existiram outras formas de participação e envolvimento na resistência que iam desde ações espontâneas até a militância clandestina de grupos armados.

Entre esses dois extremos, ser de oposição incluía assinar manifestos, participar de assembleias e manifestações públicas, dar conferencias, escrever artigos, criar musicas,, romances, filmes ou peças de teatro, emprestar a casa para reuniões políticas, guardar ou distribuir panfletos de organizações ilegais, abrigar um militante de passagem; fazer chegar à imprensa denúncias de tortura, participar de centros acadêmicos ou associações profissionais, e assim por diante. (ALMEIDA; WEIS. 2000, p.328)

Qualquer um desses atos envolvia riscos pessoais para os sujeitos implicados, dado a insegurança e o medo provocados pelos órgãos de repressão do governo. Pondera-se que essa pesquisa, analisa a militância das mulheres que se envolveram no Movimento Estudantil da UFBA, tendo em vista que suas ações estavam baseadas em discursos, distribuição de panfletos, participação em conferencias, mas que não envolve frentes de guerrilhas e armas de fogo, pois a militância das mulheres que analisamos foi realizada apenas no espaço universitário.

---

<sup>7</sup> Em dezembro de 2018, completou-se 50 anos da decretação do AI-5 (Ato Institucional número 5). Decreto que foi assinado pelo general-presidente Arthur da Costa e Silva, que fazia parte do plano da chamada “linha dura” do regime militar. Composto por 12 artigos, instituíram um regime mais violento e perverso do que aquele que estava em vigor, o ato teve capacidade de permitir poderes excepcionais ao Executivo e praticamente deu por fim, as liberdades individuais e institucionais que ainda restavam no país.

<sup>8</sup> ALMADA, Pablo. *A Cultura Política De 68: Reflexões Sobre A Resistência Estudantil Em Brasil E Portugal*. Dossiê - Perspectivas contemporâneas sobre o mundo Lusófono. Mediações, Londrina, V. 21 N. 2, P. 123-143, jul./dez. 2016, p. 125-126.

Outro fator que nos leva a iniciar a pesquisa nesse período, diz respeito ao início das atividades políticas das mulheres envolvidas na pesquisa, pois algumas das entrevistadas datam seu ingresso no Movimento Estudantil no ano de 1968.

A investigação se encerra no ano de (1975) por conta de que nesse ano as entrevistadas finalizaram suas atuações na militância da UFBA e também as mobilizações marcaram o início do processo de declínio da ditadura militar, que levaria ao fim do regime em 1985.

Ressaltamos que a pesquisa busca se debruçar sobre as trajetórias e memória de mulheres militantes, para identifica-las como indivíduos inseridos no processo histórico, como também colaborar para a História das Mulheres, do Gênero e da Ditadura do Brasil ao evidenciar as experiências de transgressão, insubmissão, e desobediência política desenvolvidas pelas mesmas. É importante salientar que as razões que levaram a esta minoria de mulheres para a militância se deu por conta de um projeto coletivo em busca da democratização da social, para a alteração das condições de poder e autoridade.

## **METODOLOGIA**

A metodologia para o estudo foi a partir da análise dos dados recolhidos em entrevistas individuais, que teve como objetivo investigar as trajetórias de vida das mulheres. A pesquisa se iniciou nos arquivos do Laboratório de História e Memória da Esquerda e Lutas Sociais (Labelu), localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, com o objetivo de obter informações sobre a Ditadura Militar. A documentação é caráter confidencial, e possui informações diretas de indivíduos, tais como o nome completo, naturalidade, escolaridade. São arquivos que foram produzidos por órgãos oficiais, alguns pela Polícia Militar da Bahia, outros pelo Serviço Nacional de Informações. Estes documentos encontram-se digitalizados, porém, não organizados por ano ou pela especificidade do assunto. O acesso a essas informações permitiu iniciar o contato com as ex- militantes.

A pesquisa foi estruturada pela metodologia da *amostragem em bola de neve*<sup>9</sup>, que segundo a autora Vinuto (2014) essa forma de análise, situa-se na periferia da prática dos estudos das ciências sociais, por ser raramente utilizada e pouco definida, além de estabelecer-se em um espaço ambíguo, que perpassa entre os critérios de uma pesquisa que se interessa com a representatividade do objeto e as técnicas mais heterodoxas de pesquisas. Esse tipo de amostragem em bola de neve é uma forma de análise não probabilística, pois não é possível estipular a probabilidade de participação de cada indivíduo, por conta de ser utilizado cadeias

---

<sup>9</sup> Esse conceito foi utilizado tendo como referência a autora Juliana Vinuto em seu artigo *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*- Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.



de referências. Essa investigação é feita da seguinte maneira: o ponto de partida se dá através dos documentos ou informantes-chaves, a fim de localizar algumas pessoas que se encaixe no perfil da pesquisa, dentro da população geral. Em seguida, solicita-se que as pessoas encontradas a partir dos documentos e informações-chaves, indiquem novos contatos com o perfil da pesquisa, e assim sucessivamente, e dessa forma o quadro de indivíduos pode crescer a cada entrevista, caso o investigador tenha interesse.

Outra ferramenta de análise utilizada nessa pesquisa diz respeito a construção dos discursos narrativos, utilizando a memória como fonte histórica. Para analisarmos os processos do desenvolvimento da memória, utilizamos os conceitos de “memória comunicativa” de Aleida Assmann (2011) e de “memória coletiva” de Maurice Halbwachs (2006), pois entendemos a memória como uma concepção não apenas individual, mas também social. Entendemos também a memória como uma representação do passado, tal como apontou Roger Chartier (1990) quando aborda sobre a “representação”, no qual, torna-se impossível reconstruir o passado exatamente como ele foi tendo em vista que sua construção perpassa pelas narrativas tanto do passado, quanto do presente.

## **DESENVOLVIMENTO**

O desenvolvimento da pesquisa foi proporcionado a partir das discussões a acerca da efervescência social do Brasil no período em estudo, além das discussões acerca do Movimento Estudantil da UFBA as perseguições, censuras e as hierarquias de gênero dentro do espaço de militância e as relações de poder.

Como supracitado os movimentos de contracultura das décadas de 60 e 70 foram responsáveis por produzir modificações sociais e políticas no Brasil e no mundo. Observamos que elementos estruturantes da contracultura que corroboraram para esse fazer político, também foram experienciados no Movimento Estudantil da UFBA. Em 1966 quando ocorreu a proibição da peça teatral “*Aventuras e Desventuras de um Estudante*”<sup>10</sup>, que havia sido escrita por um estudante do Colégio Estadual da Bahia. A proibição da peça, gerou inúmeros tumultos, que extrapolaram os espaços da instituição. Os conflitos tiveram o apoio tanto dos universitários

---

<sup>10</sup> Segundo as informações contidas no Relatório Da Comissão De Memória E Verdade – Milton Santos, realizado em 2014. “A peça narra a trajetória de um estudante vindo do interior para a capital, a fim de cursar a universidade. A partir dos acontecimentos na vida do jovem interiorano, severas críticas eram feitas ao serviço público, ao sistema de ensino, aos professores, à política e às relações de poder vigentes, utilizando como recurso estético a linguagem da literatura de cordel. Todos os membros estudantis do Gateb foram suspensos pela diretoria do Colégio. Como resposta, os estudantes entraram em greve, recorrentemente retratada na imprensa - local e nacional - entre 31 de maio e a primeira semana de junho. Tais fatos levaram os estudantes da UFBA a se solidarizarem com os secundaristas, abrindo as portas da residência universitária para a encenação da peça.” p.20-21.

como de secundaristas de outras escolas, de artistas e intelectuais. O episódio da peça resultou no afastamento do diretor da escola e de acordo com nossa observação, a peça serviu como um estopim para a produção de aliança entre categorias diferentes de estudantes que juntos comporão uma força política na cidade de Salvador.

Um dos movimento social que teve destaque nesse período, fruto das modificações sociais foi Movimento Negro Brasileiro<sup>11</sup>. A militância negra buscava interligar a luta por democracia com a luta contra o racismo, e mesmo que tivessem esforços para não serem perseguidos diretamente pela ditadura, os órgãos de informação estavam preparados para conter quaisquer possíveis formas de organizações. De acordo com Guimarães (2006), no período da ditadura militar, o discurso da “democracia racial”<sup>12</sup> passou a ser uma ideologia do Estado Brasileiro, negando a existência das desigualdades raciais e os fatores de discriminação que existiam e cresciam no país. A partir desse comportamento do Estado, segundo o autor, formalizou-se uma ideologia racista, com o objetivo de justificar a discriminação e as desigualdades que estavam em vigor.

Destacamos que, dentro desse quadro analítico, todos eram considerados “inimigo interno”<sup>13</sup>, já que para um conjunto maior da população todos aqueles que não correspondiam ao projeto social do regime eram associados à figura do rebelde, do inimigo e, portanto, mereceriam todas as penalizações e sanções dirigidas ao inimigo. Pensando deste modo, podemos refletir como a produção de um inimigo comum, passava não somente por uma leitura racial, como mencionou Guimarães (2006), também é moral, tendo em vista que condenava as mulheres “livres e insubmissas”, gays, lésbicas e travestis ao lugar de inimigo de Estado sendo, portanto, vítimas da política de repressão, violência e morte.

Outro movimento que também ganhou força no contexto ditatorial foi o Movimento Feminista.<sup>14</sup> Designado por algumas estudiosas como *Segunda onda feminista*, promoveu

---

<sup>11</sup> Destacamos o Movimento Negro, (em meio a outros que surgiram), por conta de uma de nossas entrevistadas, atualmente ser militante do Movimento Negro.

<sup>12</sup> A expressão “democracia racial” surge na conjuntura política do Estado Novo de 1937-1954 entre os intelectuais brasileiros, com o objetivo de associar o Brasil, à oposição ao racismo e ao totalitarismo nazifascista, que estavam em efervescência na Segunda Guerra Mundial.

<sup>13</sup> Esse conceito foi utilizado tendo por referência: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Depois da democracia racial*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2. p. 269-287, 2006.

<sup>14</sup> Sobre Movimento Feminista da década de 70 ver: MADERES, Angelita Maria; ANGELIN, Rosângela. *A construção da equidade nas relações de gênero e o movimento feminista no Brasil: avanços e desafios*. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 10(19): 91-115, jul.-dez. 2010. COSTA, Suely Gomes. *Movimentos Feministas, Feminismos*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004. COSTA, Claudia de Lima. *Histórias/estórias entrelaçadas do(s) feminismo(s): introdução aos debates*. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009. CORRÊA, Mariza. *Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal*. Dossiê: Feminismo Em Questão, Questões Do Feminismo, cadernos pagu (16) 2001: p.13-30. SARTI-Cynthia A. *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro*. cadernos pagu (16) 2001: p.31-48.

grande impacto ao questionar o lugar da mulher nas relações sociais e a realidade política na qual estavam inseridas e a qual eram submetidas, ou seja, o impacto do movimento feminista, não foi apenas no tange às estruturas políticas e sociais, mas também no questionamento dos costumes e valores que eram impostos pela sociedade.<sup>15</sup> Segundo as autoras Alves e Alves<sup>16</sup> na década de 1980, com o processo de redemocratização do Brasil, o movimento uniu-se a outros movimentos sociais, tais como: o movimento contra o racismo, fortemente influenciado pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. A abertura para outros movimentos, possibilitou a inclusão de camadas populares e pautas, que ainda não tinham sido debatidas

Apesar dos autores<sup>17</sup>, na análise do movimento feminista da década de 70, terem associado a entrada na militância estudantil ao primeiro passo para o envolvimento com o feminismo, o mesmo não pode ser afirmado sobre o grupo específico dessa pesquisa, pois apesar de algumas mulheres não ter se tornado feministas, ou não se identificarem à época com o movimento, a atividade política que às levou para fora do espaço que tradicionalmente lhes era reservado contribuiu, mesmo que de forma inconsciente, para quebrar esses padrões, assim como pretendiam as militantes feministas.

No decorrer da pesquisa também foram analisados, como essa quebra de padrões estiveram presentes dentro do Movimento Estudantil da UFBA, principalmente no que diz respeito as relações de poder<sup>18</sup>, a partir das entrevistas coletadas. Estas entram em consonância com o que a autora Susan Besse (1999) conceituou como hierarquização de gênero, ou seja, a participação das mulheres em determinados espaços de poder na estrutura da militância estudantil somente foi possível conjugados aos papéis tradicionais a que as mulheres eram identificadas, ou seja como uma presença cuidadosa, materna e solidária muitas vezes como apoio à “verdadeira resistência”, que era feita por militantes homens.<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. *As trajetórias e lutas dos Movimentos Feministas no Brasil e o protagonismo social das mulheres*. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi, maio de 2013. p.113-121.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> Ver artigos: SARTI Cynthia A. *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro*. cadernos pagu (16) 2001: p.31-48. RIDENTI, Marcelo Siqueira. *As mulheres na política brasileira: anos de chumbo*. Tempo social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo 2(2): 113-128, 2.sem. 1990. COLLING, Ana Maria. *50 anos da Ditadura no Brasil: Questões feministas e de gênero*. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.

<sup>18</sup> Aqui entramos em consonância com as definições da autora Joan Scott (1990) a respeito do gênero e as relações de poder, no qual, “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1990, p. 86). A autora também considera que “as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional”. (*Ibidem*)

<sup>19</sup> SANTOS, Beatriz Gonçalves. *Trajetórias e Narrativas de Gênero durante a Ditadura Militar brasileira*. Monografia apresentada ao Departamento de História da PUC-Rio como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2017.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para realizar tal estudo, tornou-se necessário primeiramente analisar o perfil social de cada militante, e somente em seguida analisar as razões particulares de cada uma das entrevistadas. Os critérios que foram estabelecidos para serem utilizados como norteadores metodológicos da seleção das mulheres desse estudo se deu tanto em função dos objetivos da pesquisa, mulheres que militaram no movimento estudantil da UFBA, quanto do período em que estavam estudando no ambiente universitário.

Para melhor compreensão acerca das militantes, foi composta uma tabela (a seguir) contendo o nome, idade, cor, origem, classe social, duração tempo de militância, o curso e profissão que exerce atualmente.

Nome	Idade	Cor	Origem	Classe	Duração da militância	Curso	Profissão atual
Renata	21 anos	Branca	Salvador	Média alta	1971-1975	Psicologia	Professora
Maria	19 anos	Branca	Salvador	Média alta	1970-1974	Geografia	Professora
Cristina	22 anos	Branca	Salvador	Média alta	1969-1973	Ciências Biológicas	Professora
Suzana	20 anos	Negra	Salvador	Baixa	1970-1975	Filosofia	Professora
Elisa	22 anos	Branca	Salvador	Média alta	1970-1974	Matemática	Professora

As mulheres que foram entrevistadas, compõem o total de cinco (5), destas: quatro (4) são brancas, da classe média, iniciaram suas atividades políticas por meio do movimento estudantil e tiveram sua inserção neste no primeiro ano em que iniciaram os estudos na Universidade Federal da Bahia, entre 1968 e 1975. A respeito da única militante negra, compreendemos sua inserção no ensino superior, a partir da análise histórica. A primeira escola de ler e escrever foi fundada em 1549 pelos jesuítas e era destinada para a educação das famílias ricas e brancas da sociedade daquela época, contudo a educação das mulheres era quase sempre direcionada as tarefas domésticas. No que tange as mulheres negras, o ingresso das mesmas na



educação se deu por volta de 1720. Entretanto essa entrada, somente se tornou um direito para os negros em 1870, quando foi outorgada a reforma do Ensino Primário e Secundário. Ou seja, a educação pública no Brasil, não tem um passado “palatável”, escolas segregadas por sexo marcaram a escolarização no período Imperial no Brasil, no qual, a escravidão conduziu ao abandono a população negra do meio educacional, dando ênfase para uma educação dual, onde a elite branca era direcionada para as práticas intelectuais, enquanto os negros pobres para a educação mecânica<sup>20</sup>. Essas desigualdades deixaram marcas profundas no sistema educacional do Brasil e é refletida na atualidade, embora que algumas conquistas tenham trazido mudanças profundas, como por exemplo as Políticas de Ações Afirmativas - Cotas Raciais nas Universidades, que foi impulsionada na UFBA no ano de 2002. Embora esse feito, ainda se torna necessário novas formas políticas para a população negra ingressar no ensino, que durante longos séculos estava aquém da educação. Tendo em vista também o atual cenário político e social brasileiro e os avanços dos conservadorismos, opressões, desigualdades e engessamento do ensino público, o que garantem o afastamento e abandono desses indivíduos do meio educacional, o que evidencia a urgência da reformulação de ações/políticas para garantir não apenas a inclusão, mas a permanência desses “corpos que não importam” nesse meio.

Um dado interessante, que indica um enquadramento dentro das hierarquias de gênero é que todas as militantes entrevistadas se tornaram professoras, independente da área da formação. Essas mulheres, embora tenham rompido barreiras do conservadorismo, suas escolhas de atuação profissional voltada para a docência (seja em ensino superior ou no ensino básico) estavam em acordo com os papéis que são esperados para as mulheres: ser professora.<sup>21</sup>

No que tange a trajetória das militantes, chegamos ao resultado, que mesmo que cada mulher entrevistada tenha tido sua experiência de militância de maneira particular, observamos que as suas funções eram propiciadas para a assistência dentro do que se esperava nos quadros

---

<sup>20</sup> História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. p. 21-157, 2005.

<sup>21</sup> A docência ao longo do século XX foi sendo cada vez mais um fator da feminilidade, vista dentro da lógica de cuidados e atenção que eram identificados a um pretensão “instinto” feminino. Segundo Alemida, em seu texto *As professoras do século XX: as mulheres como educadoras da infância*, na concepção da sociedade, em finais do século XIX e que perdurou ao longo do século XX, exista uma visão de que a escola “doméstica, cuida, ampara e ama” e essa responsabilidade vai ser colocada nas mãos femininas, que tem o dever de guiar os ensinamentos na infância e conservar os costumes tradicionais. Disponível em: <file:///C:/Users/Allana/Documents/TCC/mulheres%20professoras.pdf>

de gênero, ou seja, pretendia-se que a mulher fosse apenas um suporte para as atividades de militância que eram realizadas mais enfaticamente pelos homens.<sup>22</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados acompanhado com a bibliografia, revelou que os elementos que estruturaram o “ser mulher militante” estavam influenciados pelas relações de gênero e aos valores compartilhados no período vivenciado pelas entrevistadas. Verificou-se também, que os grupos dos Movimento Estudantil, no qual, as mulheres fizeram parte, mantinham as relações entre homens e mulheres firmada na hierarquia de gênero comum a época que era traduzida na divisão sexual do trabalho, cedendo as mulheres os postos de menos prestígio, de menor visibilidade e de relativa importância.

Com o intuito de trazer a mulher à visibilidade, durante a ditadura militar, no que tange ao seu lugar na política, suas experiências de transgressão, insubmissão, e desobediência política desenvolvidas pelas mesmas na militância do Movimento Estudantil da Universidade Federal da Bahia- UFBA, consideramos que para compreender tal presença não poderíamos falar das mulheres sem falar nas relações entre homens e mulheres e das relações entre o masculino/feminino que são social e historicamente construídas.

## REFERÊNCIAS

- ALMADA, Pablo. *A Cultura Política De 68: Reflexões Sobre A Resistência Estudantil Em Brasil E Portugal*. Dossiê - Perspectivas contemporâneas sobre o mundo Lusófono. Mediações, Londrina, V. 21 N. 2, P. 123-143, jul./dez. 2016, p. 125-126.
- AIMEIDA, Jane Soares de. *Professoras no século XX: AS MULHERES COMO EDUCADORAS DA INFÂNCIA*. Disponível em: file:///C:/Users/Allana/Documents/TCC/mulheres%20professoras.pdf
- ALMEIDA, Maria Hermínia Brandão Tavares de; WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: *História da vida privada no Brasil : contrastes da intimidade contemporânea*[S.l: s.n.], 2000, p. 328.
- ALVES, Roosenberg Rodrigues. *Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações*. II Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação em História UFG/UCG. Disponível em: [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09\\_RoosembergAlves.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf).
- ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. *As trajetórias e lutas dos Movimentos Feministas no Brasil e o protagonismo social das mulheres*. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social– Fortaleza – CE – UECE – Itaperi, maio de 2013. p.113-121.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: Formas e transformações da memória cultura*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011.
- BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*. São Paulo, Edusp, 1999.

---

<sup>22</sup>Ver: SANTOS, Beatriz Gonçalves. *Trajetoórias e Narrativas de Gênero durante a Ditadura Militar brasileira*. Monografia apresentada ao Departamento de História da PUC-Rio como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2017.

BRITO, Antônio Mauricio Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. *50 anos da Ditadura no Brasil: Questões feministas e de gênero*. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.

COLLING, Ana Maria. *As mulheres e a ditadura militar no Brasil*. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/10.-ana\\_colling.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/10.-ana_colling.pdf).

CORRÊA, Mariza. *Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal*. Dossiê: Feminismo Em Questão, Questões Do Feminismo, cadernos pagu (16) 2001: p.13-30.

COSTA, Suely Gomes. *Movimentos Feministas, Feminismos*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004.

HOBBSAWN - Era dos Extremos. São Paulo, Cia das Letras, 1995

GARCIA, Marco Aureliano. *O Gênero da militância notas sobre as possibilidades de uma outra História Da Ação Política*. cadernos pagu (8/9) 1997: p.319-342.

GOLDENBERG, Mirian. *Mulheres e Militantes*. Revista Estudos Feministas. Instituto de Estudos de Gênero: Florianópolis, v.5 n°2, 1997.

GONÇALVES, Denise Oliveira. *Avesso e direito: Movimento Hippie e mercado cultural da moda*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Depois da democracia racial*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2. p. 269-287.

GUIMARAES, Felipe Flávio Fonseca. *Contracultura nos Estados Unidos e Contracultura no Brasil: Um estudo comparado*. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindônia. Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. p. 21-157, 2005.

M. H. B. Trigo. *A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero*. In: *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*, C. Bruschini; B. Sorj (Org.). São Paulo, Marco Zero/ Fundação Carlos Chagas, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)*. 2011. 374 f. Tese (Livre-Docência em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PADROS, Enrique Serra. *Terrorismo de Estado: reflexão a partir das experiências das ditaduras de Segurança Nacional*. In: GALLO, Carlos Artur (org); RUBERT, Sylvania (org). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil*. Porto Alegre: Deriva, 2014, p. 13-36.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1986.

ODEGHERO, Carla Simone; MACHADO, Vanderlei. *Mulheres em movimento: militância estudantil e luta contra a ditadura*. Dossiê, História Oral, v. 20, n. 2, p. 33-57, jul./dez. 2017.

ROSZACK, Theodore. *A Contracultura*. Petrópolis. Vozes, 1972.

SANTOS, Beatriz Gonçalves. *Trajetórias e Narrativas de Gênero durante a Ditadura Militar brasileira*. Monografia apresentada ao Departamento de História da PUC-Rio como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2017.

- SALVATICI, Sílvia. “Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres”. História Oral: Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral. v. 8. n. 1.
- SARTI Cynthia A. *Feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004
- SARTI Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. cadernos pagu (16) 2001: p.31-48. RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: anos de chumbo. Tempo social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.
- SARTI Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. cadernos pagu (16) 2001: p.31-48.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* Educação & Realidade, v.1S, n .2, jul./dez.1990
- SIMÕES, Solange de Deus. Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- VIERIRA, Fabiana Soares de Andrade. Do Hippie ao Chic: Representações da Contracultura da Vouge no Brasil. Monografia, Faculdade de Comunicação, 2016;
- VINUTO, Juliana. *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*- Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.